

## **QUALIFICAÇÃO, COMPETÊNCIA E A COMODIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO: O CRESCIMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM LONDRINA-PR 2009**

**Leandro da Silva Selari**

**RESUMO:** Este estudo toma como objeto as instituições privadas de ensino superior em Londrina e seu crescimento nos anos 2000 a fim de revelar a relação entre as novas configurações do mercado de trabalho sob o paradigma neoliberal e as relações que promovem o crescimento do setor privado de educação superior em conformidade com as exigências desse mercado. O número de Universidades privadas em Londrina tem crescido significativamente nos últimos 10 anos. A questão é: quais são as determinações no contexto social, político e econômico que possibilitaram esse crescimento? A resposta a essa questão passa por alguns fatores, levantados neste trabalho, que são: as políticas públicas, investimentos privados e parcerias resultantes da combinação entre a opção nacional e regional de desenvolvimento da economia. Constatamos nesse processo que o modelo privado de desenvolvimento da educação é orientado por recomendações de grandes instituições internacionais como a ONU e o Banco Mundial, que dizem respeito à flexibilização neoliberal das leis que regulamentam o mercado de trabalho. A precarização do trabalho sob novas perspectivas administrativas e gerenciais, a exigência por polivalência, a intensificação, o modelo de competências e de flexibilização do trabalho, são variáveis integrantes do cenário que caracterizamos pela articulação entre a organização gerencial própria do toyotismo e o paradigma informacional, do qual nem mesmo a própria educação se exime, pois a mesma está sob tais parâmetros e forma para eles. Este contexto envolve o Estado, o empresariado interessado no setor e a demanda por qualificação gerada na sociedade em decorrência das características do mercado de trabalho regional, no caso de Londrina, os serviços e as tecnologias. O modelo de desenvolvimento nas últimas duas décadas é, majoritariamente, o dos serviços e das tecnologias. Para isso, a cidade tem investido significativamente em infraestrutura de logística, como o Anel do Emprego, de recursos humanos, como as instituições de ensino superior e de pesquisa em tecnologias, como o Softex. Estes elementos mapeiam, em grande parte, o cenário no qual se desenvolveu a educação superior privada em Londrina e nos demonstram quais foram os parâmetros que orientaram esse crescimento.

Palavras-chave: Comodificação, Competências, Toyotismo, Qualificação, Tecnologias, Serviços.

## **QUALIFICATIONS, COMPETENCY AND COMMODIFICATION OF EDUCATION: GROWTH IN HIGHER EDUCATION IN LONDRINA-PR 2009**

**ABSTRACT:** This paper drew on information about private institutions of higher education in Londrina, Brazil and their growth in the 2000s aiming at revealing the relationship between the new settings of the labor market under the neoliberal model, and the relationships which promote the growth of the private sector of higher education in accordance with the requirements of such market. The number of private universities in Londrina has grown significantly over the past 10 years. The question is: what are the determinants in the social, political and economic context which allowed such growth? The answer to that question comprehends some factors such as public policies, private investment, and partnerships resulting from the combination of national and local choices of economic development. The study found that the private model for the development of education is guided by recommendations of major international institutions such as the UN and the World Bank with respect to the flexibility of liberal laws which govern the labor market. The precarization of labor seen from new administrative perspectives, the demand for versatility, intensification, competency models and labor flexibility are integral variables of a scenario which is characterized by the relationship between the Toyotist labor organization and the informational paradigm from which not even education is exempt, since the aims of education are grounded in such parameters. This context embraces the State, the entrepreneurs interested in the sector, and qualifications demanded by society due to the

characteristics of the local labor market (in this case Londrina), services and technologies. The model of development in the last two decades is, for the most part, of services and technologies. In view of that, Londrina has invested heavily in infrastructure of logistics such as the “Anel do Emprego”, of human resources such as institutions of higher education, and of research in technology such as the Softex. Such elements have, in large part, both mapped the scenario of private higher education in Londrina and demonstrated the parameters by which its growth was guided.

Key words: Commodification, Competency, Toyotism, Qualification, Technologies, Services.

A partir da década de 1990, observamos no Brasil a repactuação dos parâmetros legais, políticos, sociais e econômicos que orientavam o modelo de desenvolvimento nacional, transformações em favor de um modelo neoliberal de desenvolvimento. A Educação foi uma das principais afetadas por essas transformações, a LDB de 1996, lei n.º 9.131/95, consolida um novo projeto de “democratização” da Educação por meio da flexibilização das leis que regulamentavam o setor. Esse processo se intensifica a partir dos anos 2000, quando podemos observar o crescimento do número de instituições privadas e a formação de pólos educacionais em conformidade com as necessidades e vantagens do modelo de desenvolvimento de cada região. Em Londrina, assistimos a esse processo e o tomamos por objeto.

Esta análise se constitui a partir do seguinte problema: perceber os parâmetros que orientam o crescimento do número de instituições de educação superior em Londrina e os moldes sob os quais ele se dá. Entendemos que a qualificação não se realiza em si, mas se efetiva e se transforma quando posta em ação na atividade produtiva. Portanto, as transformações no campo da educação – seja ela básica, técnica ou superior – são decorrentes das condições do campo do trabalho. O caso das instituições de formação superior em Londrina não é diferente. Observamos em nossas entrevistas que a leitura das condições de mercado é indispensável para as instituições superiores, tanto na montante dos alunos que as procuram motivados pelas exigências do mercado de trabalho, quanto na jusante dos alunos já formados em direção ao mercado de trabalho. Este fluxo tem de estar regulado com o modelo produtivo, organizacional e gerencial do mercado. Segundo os administradores destas instituições, o modelo de competências tem sido hegemônico no mercado de trabalho e cabe a elas dotar o aluno não só de conhecimentos teóricos, mas estimular as suas capacidades cognitivas, comportamentais e atitudinais a fim de que este realmente esteja preparado e apto psicologicamente para enfrentar os “desafios” deste mercado.

Estes “desafios” dizem respeito à condição precária do mercado de trabalho, a intensificação e a flexibilização, isto é, o arrocho salarial, a instabilidade, a rotatividade, o acúmulo de funções e atribuições, a máxima expropriação da capacidade criativa, a terceirização e a aceitação da condição informal como autônoma e empreendedora. Desafios do “discurso fetichizado do *trabalho enriquecido* que mascara a superexploração possibilitada pelo autocontrole” frente às “mudanças técnico-organizacionais exigidas pelas novas tecnologias da informação” (WOLFF, 2005, p. 236, grifo nosso). A educação superior privada não se exime desse processo, pois é influenciada por ele e forma para ele. Suas bases estão amplamente calcadas no mercado – as modificações na gestão curricular e na formação dos alunos devem estar em conformidade com este e disso depende a empregabilidade desses alunos, bem como a reputação e a sobrevivência das instituições que, segundo seus administradores, lutam pela consolidação de suas marcas no mercado. Este é o processo de comodificação da educação, ou seja, modificação em conformidade com o mercado de trabalho, a mercadorização da educação (ALMEIDA, WOLFF, 2008). Podemos constatar algo característico neste cenário: há uma articulação entre o modelo japonês de organização e gestão de competências (Toyotismo) e o paradigma tecnológico informacional (TIC’s) no que diz respeito à velocidade de conexão, agilidade e percepção (DALL’ACQUA, 2003). É o que podemos chamar de toyotismo de paradigma tecnológico, a educação é central nesse processo.

Dentre estas considerações introdutórias, é necessário destacar ainda o modelo de desenvolvimento de Londrina nos últimos anos. A partir dos anos 1990, houve um planejamento em torno de uma solução de produto, ou seja, das possibilidades de investimento, desenvolvimento e ganho que Londrina tem a oferecer aos grupos empresariais interessados na região, que se tratavam de planos de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, industrial e de serviços, como por exemplo o Londrina Tecnópolis. Isso, aliado ao investimento público em infraestrutura de pesquisa, formação da força de trabalho e logística. Estes pontos são colocados claramente pelo Caderno Setorial – Indústria de Londrina de 2003, onde se destacam também observações como baixo custo e pouca sindicalização da força de trabalho (VEZOZZO, CORREIA, LEITE, 2003).

A LDB e o “boom” do Setor Privado

A Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, lei n.º 9.131/95, foi uma das principais responsáveis pela possibilidade de crescimento expressivo do setor privado de educação superior na medida em que foi responsável pela regulamentação precedente que facultou tal crescimento.

A LDB foi fruto de um intenso debate nas câmaras federais e sociedade civil, mas acabou sendo sancionada “de cima para baixo”. Conforme Brandão (2005):

A história da construção da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei n.º 9.394/96 – LDB) pode ser dividida em duas partes, ou melhor, em dois projetos. Um, que não vingou, foi gestado e debatido pelos principais representantes da sociedade civil e política, ligados à educação, no período compreendido entre o final dos anos de 1980 até quase a metade dos anos de 1990, mais exatamente até a posse do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na presidência da República. Outro, que acabou se transformando na LDB, foi gestado pelo Ministério da Educação (MEC) do governo FHC, a partir das principais concepções e diretrizes educacionais difundidas pelo Banco Mundial para os países do chamado Terceiro Mundo. (BRANDÃO, 2005, p 72-73)

Para o nosso trabalho, os aspectos mais importantes na lei são os Art. 45, Art. 52, Art. 53, Art. 80, pois foram os mais citados pelas as instituições entrevistadas como o principal ponto legal pelo qual elas estão amparadas. Estes artigos trazem os requisitos básicos para que uma instituição seja reconhecida e são caracterizados pela flexibilização das exigências mínimas.

O Art. 45, por se referir à natureza legal das instituições:

“A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. (lei n.º 9.394/96 – LDB, grifo nosso).

O Art. 52, por tratar dos parâmetros mínimos de titulação do corpo docente:

“II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral”. (lei n.º 9.394/96 – LDB, grifo nosso).

O Art. 53, por tratar da autonomia das universidades:

“No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão; IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio; V - elaborar e reformar os seus

estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes; VI - conferir graus, diplomas e outros títulos; VII - firmar contratos, acordos e convênios; VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais; IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos; X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas “. (lei n.º 9.394/96 – LDB, grifo nosso).

O Art. 80, por estabelecer as bases legais da educação a distância:

“O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1º. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância. § 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais“. (lei n.º 9.394/96 – LDB, grifo nosso).

Com relação à titulação dos professores, a exigência que, no primeiro projeto de LDB, era de pelo menos cinquenta por cento dos professores com titulação mínima de mestrado e doutorado, passa a ser de pelo menos um terço. No que diz respeito ao contrato de trabalho, a exigência de cinquenta por cento de docentes em regime de tempo integral, passa a ser também de um terço.

Segundo as instituições, até em 1996 a criação de universidades era um processo muito rigoroso, comparado quase que a concessões e licitações de órgãos públicos como correios e cartórios.

Com estas liberalizações proporcionadas pelas políticas neoliberais, a educação se tornou um negócio rentável, atraindo investimentos de diversos grupos econômicos para Londrina – isto também faz parte das estratégias em torno de uma solução de produto para que Londrina atraia investimentos. O conceito de rentabilidade traz para o campo da educação as regras do livre mercado, regulado conforme o modelo neoliberal, inclusive arrastando universidades públicas para essa lógica.

O ensino a distância é regulamentado a partir do Art. 80 da lei nº 9.394/96 – LDB. Tida como uma possibilidade de exploração do artifício tecnológico, a educação a distância potencializa a capacidade estrutural da instituição, aumenta o alcance da capacidade física, de pessoal, e soluciona a questão espacial. Em Londrina, uma das maiores instituições privadas de educação superior se especializou nesse setor e hoje é uma das maiores redes de ensino a distância do país, ocupando a 15ª posição no ranking feito pela Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância, publicado em novembro de 2009. Também, a partir do segundo semestre de 2009, começou a funcionar em Londrina um centro de EAD de uma grande universidade de Maringá – 6ª colocada no ranking da ABE-EAD. Para a instituição, isso significa aumentar a receita financeira, pois é possível, com um baixo investimento estrutural, alcançar um número ilimitado de alunos (ALMEIDA, WOLFF, 2008).

Rodrigues (2007) postula que:

A atual trajetória da educação superior brasileira vem efetivamente se adequando ao quadro mais geral das transformações socioeconômicas do capitalismo tardio. [...].

Neste sentido, um novo perfil de desenharia. As IES, isoladas ou integradas, dedicar-se-iam tão somente ao ensino de graduação; os centros universitários e as universidades tenderiam a acentuar o seu caráter local/regional de prestação de serviços vagamente associado à idéia de pesquisa aplicada, e, mesmo assim, se lhes fossem garantidas verbas publicas.

Enfim, a nova configuração do mercado de serviços educacionais e a emergência de uma nova burguesia de serviços, com alta dose de competitividade, vêm produzindo nos gestores do setor privado a busca permanente de introduzir nas instituições educacionais os métodos e formas gerenciais correntes no mundo empresarial não-educacional, ao mesmo tempo em que lutam pela manutenção do financiamento publico (direto ou indireto). (RODRIGUES, 2007, p.15 e 22).

As considerações até aqui feitas remetem a uma questão central na análise do nosso objeto. O crescimento do numero de instituições de ensino superior privado nas ultimas décadas tem sido orientado sob qual perspectiva político pedagógica? Analisamos a LDB não como um elemento único, mas como um documento que é produto de debates em torno das perspectivas requeridas à educação superior. Assim construímos a nossa critica tomando este debate como marco legal e documental para estabelecer contrapontos a partir da pesquisa empírica local, teórica e da nossa perspectiva de educação orientada segundo os escritos de Gramsci (1992), o qual questiona o sistema educacional hegemônico dirigido jurídico e politicamente pelos interesses burguesia nacional.

## Uma solução espacial e de produto

Conforme introduzimos anteriormente, quando falamos em solução espacial e de produto, nos referimos à adequação de Londrina como cidade dotada de condições estruturais a oferecer dentro do “circuito regional e espacial de produção”. Estas condições dizem respeito a “políticas econômicas do processo de planejamento” que, no caso de Londrina, foi a opção – pós anos 1990 – em torno dos Serviços, Indústrias e Tecnologias. A “repartição das atividades entre lugares e a divisão territorial do trabalho” revelam a especialização regional de Londrina pelo investimento nos “fatores de produção (território, mão-de-obra, capital, infraestrutura e recursos naturais)” necessários para o desenvolvimento desejado da economia regional (DALL’ACQUA, 2003, pp. 59 - 71, grifo nosso).

Para promover tal desenvolvimento, era necessária a implementação de um Pólo tecnológico a partir da força de trabalho especializada nas diversas instituições educacionais já existentes de ensino superior e técnico, como estratégias de incentivo econômico político e de infraestrutura (SILVER, 2005, p.110).

Segundo OTA (2007), esse pólo seria um parque industrial que competiria no mercado para atrair investimentos industriais. Investiu-se em infraestrutura de recursos humanos, incentivando a criação de cursos nas áreas tecnológicas, como o de Engenharia Eletrônica na UEL, em 1997, e o de Engenharia de Telecomunicações na UNOPAR, em 1998.

Uma comissão de desenvolvimento foi constituída, a AMEPAR, que congregava vários setores interessados, tais como a Associação Comercial de Londrina, a Prefeitura Municipal, agropecuários e cientistas das instituições de pesquisa que buscavam atrair investimentos nacionais e internacionais para Londrina apresentando seus projetos em alguns países como o Japão.

Instituições de formação técnica média, como o SENAI, foram incentivadas por políticas públicas em favor de escolas tecnológicas com a criação da incubadora de empresas tecnológicas, a fim de incentivar a micro e pequena empresa em 1998.

SARRASSINI (2009) aponta a criação de Institutos de desenvolvimento como o INCIL em 1994. O Parque Municipal Tecnológico comportou ainda o GÊNESIS/Genorp que buscava desenvolver o setor de softwares, atraindo para Londrina investimentos nacionais do SOFTEX (Programa Brasileiro de Software para Exportação). Em 1998, surge também a INTUEL – Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica da UEL.

Podemos notar, por meio destes levantamentos, que o modelo de desenvolvimento adotado por Londrina a partir dos anos 1990 foi o das indústrias leves e de novas tecnologias, pois uma cidade que inicia efetivamente sua industrialização tardiamente – em comparação com outros grandes centros Industriais como o ABC paulista – teria de apostar em novas áreas não saturadas nacionalmente, como a metalurgia pesada da indústria automobilística, por exemplo.

Por isso, instituições como SEBRAE e FIEP investiram em setores promissores, pela característica regional demandante de novos investimentos em novas áreas, uma vez que as condições políticas e econômicas reunidas eram propícias para isso.

As possibilidades de novos investimentos que se abriram em Londrina eram oportunas. Conforme o Caderno Setorial – Indústria de Londrina, em 2003 já havia um consistente suporte à instalação de novas indústrias. Vejamos os principais pontos “fortes”:

- Quando comparada à média dos grandes centros nacionais, a mão-de-obra local possui um custo competitivo, além dos baixos índices de conflitos sindicais.
- Existe uma oferta adequada de energia elétrica a custo competitivo, sendo uma das poucas regiões do País que possui auto-suficiência de geração de energia.
- O serviço de telecomunicações da cidade é tido como modelo nacional, representando um dos pontos fortes do município.
- A existência de uma Agência de Desenvolvimento (Codel – Companhia de Desenvolvimento de Londrina), que desempenha papel importante como facilitadora no processo de instalação de novas empresas.
- A presença de uma boa estrutura de transporte urbano, facilitando a locomoção de funcionários para diversas regiões da cidade.
- Presença de oito instituições de Ensino Superior e de diversas escolas técnicas, apontando para uma evolução rápida e natural da qualificação da mão-de-obra local.
- Oferta adequada de água com qualidade.
- Existência de entidades de apoio empresarial, que visam melhorar a competitividade das organizações, tais como Sebrae, Senai, Sesc, Sesi etc., através de consultorias, treinamentos e programas de apoio na busca de recursos para investimentos.
- Existência de Leis de Incentivo para instalação de novas indústrias.
- Cidade considerada centro de pesquisa na área agrícola, com presença do Iapar e Embrapa.
- A qualidade de vida em Londrina possui indicadores de referência altos, principalmente quando comparado aos grandes centros nacionais. (VEZOZZO, CORREIA, LEITE, 2003).

Tudo contribui para proporcionar ao empresariado interessado em novos investimentos a “solução de produto”, “espacial” e de infraestrutura viável.

O setor de serviços foi amplamente alavancado por essa opção de desenvolvimento. A industrialização leve e tecnológica de Londrina possibilitou principalmente o crescimento dos setores de Softwares e da Educação.

A Educação superior sentiu os efeitos dessa opção de desenvolvimento, pois estas instituições começaram a criar cursos voltados para esse mercado nas áreas de Engenharia Eletrônica, Telecomunicações, Computação, programação e desenvolvimento de softwares.

O programa de incentivo ao desenvolvimento tecnológico foi crucial para alcançar as metas tecnológicas, tal como o Programa Londrina Tecnópolis, vigente desde 2000. Este programa prevê uma série de incentivos às incubadoras das universidades e institutos de pesquisa, bem como o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias.

Dentre os que se destacaram, está o de adequação urbana, anel do emprego (Figura 1), que ligam as principais instituições de pesquisa, universidades e empresas do setor tecnológico. Assim, possibilitaria uma melhor adequação logística de infraestrutura.

### O Anel do Emprego

11/12/2007

Anel do Emprego é marca do planejamento atualizado.

Planejadores de Londrina mantêm a estrutura macro e a revisão sempre permite soluções avançadas.

Contrariando a suposição largamente difundida - cidade sem planejamento - em seus 73 anos, desde a fundação, Londrina vem sendo planejada há 50, pelo menos, e hoje se adequaria imediatamente à eventualidade de um repentino surto de desenvolvimento. Nessa realidade “oculta” ante o dito popular de que prevalece o desordenamento, aparentes novidades fazem parte do planejamento de longo prazo, mas somente agora, oportunamente, ganham divulgação.

Assim, o Anel do Emprego, provavelmente o próximo grande suporte do tráfego, “vem sendo construído há muitos anos”, observa o arquiteto João Baptista Bortolotti, presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (Ippul).

A Avenida Juscelino Kubitschek, construída nas décadas de 60 e 70, fora prevista em 1951, no plano de Prestes de Maia, e a Via Expressa (Dez de Dezembro), no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano concluído em abril de 1968, em se mencionando dois exemplos.

Já o Anel do Emprego originou-se no Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária (PEEAV), de 2002, que considerou o planejamento em décadas anteriores, inclusive o Plano do Sistema de Transporte Urbano de 1974. (Schwartz, Widson. 2007)

Trata-se de um Plano Estratégico de Expansão e Adequação Viária (PEEAV, 2002) que cobre todo o perímetro de Londrina, facilitando o acesso a vias estaduais e interestaduais como a PR445 e a BR369. É uma ação motivada pela busca geográfica e logística de uma solução para livre desenvolvimento e escoação do produto.

Em matéria publicada no dia 8 de dezembro de 2009 pelo jornal Folha de Londrina, Rocha (2009) escreve a respeito da vocação de Londrina para a tecnologia e registra um crescimento de 10% do setor neste ano, mesmo em meio à crise econômica. O paralelo com o vale do silício nos EUA é relatado:

Há quem diga que a região tem mesmo vocação para ser um novo Vale do Silício, numa referência à região da Califórnia (EUA) que concentra grandes empresas mundiais do setor. "O Vale do Silício começou pequeno também", argumenta o presidente do Arranjo Produtivo Local (APL) de TI de Londrina, João Carlos Monteiro. (ROCHA, 2009)

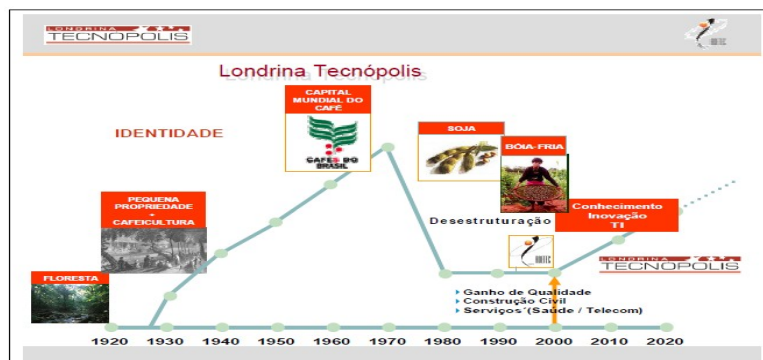
A (Adetec) é tida como uma entidade pioneira para o desenvolvimento das instituições envolvidas no setor, pois é ela quem lança o programa Londrina Tecnópolis, do qual já tratamos anteriormente neste capítulo.

#### A Educação Superior e o Modelo de Desenvolvimento Tecnológico

O relatório de desenvolvimento humano da ONU, de 2001, trouxe resultados, perspectivas e metas de desenvolvimento, sendo as novas tecnologias o carro chefe desses debates. O Brasil encontrava-se colocado em 43º lugar, no então novo índice de tecnologia. Duas cidades eram pólos em desenvolvimento tecnológico entre os 46 principais pólos mundiais: São Paulo e Campinas.

Não alheia a esse desenvolvimento em novas tecnologias, como falamos anteriormente, Londrina lança o plano de desenvolvimento Tecnópolis, como vemos no Gráfico 5, que previa o desenvolvimento do setor de TI em 10 anos, principalmente no desenvolvimento de infraestrutura.

(GRAFICO 5)



Fonte: (OTA, 2007)

No caso das universidades, uma infraestrutura formadora da força de trabalho qualificada e adaptada ao modelo de competências, essa visão corresponde à fala dos administradores das instituições de ensino superior.

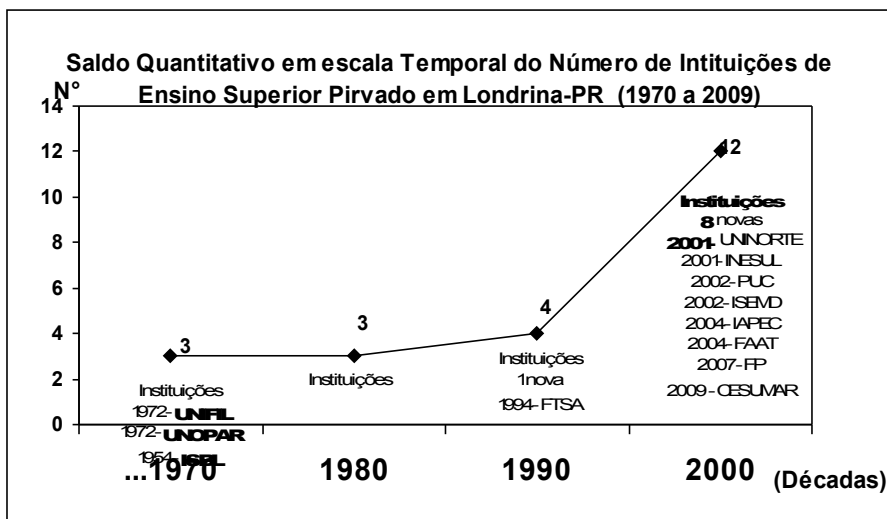
Aqui, é necessário abrir um parêntese para tratar novamente da questão da qualificação e competência. Entendamos que a noção de competências não exclui a demanda por qualificação, pelo contrário, a qualificação técnica continua sendo minimamente necessária, o que ocorre é a “difusão” da qualificação no modelo de competências (COSTA, 2007, p. 138). Não podemos perder de vista que a noção de competências é uma noção criada pelas técnicas gerenciais do toyotismo, este tem por finalidade não a eliminação da necessidade da força de trabalho qualificada, mas a sua difusão enquanto categoria material, esse movimento ocorre em favor da desarticulação, flexibilização e precarização da classe trabalhadora (DAL ROSSO, 2008). O paradigma tecnológico informacional potencializa esse movimento.

A forma com que a educação responde a esse movimento é quase que imediata, principalmente os centros privados de formação superior. Isso foi observado por Rocha (2009) ao entrevistar o presidente da APL:

Outro indicador da importância do setor de TI de Londrina, segundo o presidente do APL, é a homologação do Programa Aplicativo Fiscal - Emissor de Cupom Fiscal na Unifil que irá certificar softwares, e também a implantação de um bureau de testes no Senai de Londrina que poderá avaliar o desempenho de diversos programas. "Esses aportes de capital foram feitos aqui porque essas instituições fazem uma leitura de que o setor é viável", comenta Monteiro. (ROCHA, 2009)

Como todo negócio, a perspectiva é de lucro por meio do investimento em uma área promissora da economia regional.

(GRAFICO 6)



Fonte: Autor. PUC - UNOPAR – UNIFIL – FTSA – UNINORTE – INESUL - IAPEC – FAAT - FP- ISBL – CESUMAR-ISEMD.

Conforme SARRASSINI (2009), o crescimento de empresas do setor de tecnologias em Londrina foi altamente impulsionado por investimentos públicos e privados como do BNDES, FINEP, SEBRAE, CNPq, Fundação Araucária e Banco do Brasil, que promoveram uma grande expansão no setor a partir dos anos 2000.

Observamos que o crescimento das universidades privadas dá-se também pelo crescimento em áreas do ensino impulsionadas pelas exigências do mercado. Os investimentos nesse setor se enquadram no planejamento de infraestrutura de recursos humanos a cargo dos Governos Municipais, Estaduais e Federal que oferecem atrativos e vantagens de mercado como a qualquer outra empresa.

### Educação “just-in-time”

Em nossa pesquisa percebemos que, mesmo quando fundadas por motivações de realização pessoal e social, estas instituições quando atuam no campo aberto da concorrência entre os grupos empresariais interessados no setor, se orientam conforme as regras mercadológicas e buscam consolidar uma marca.

Esta interação com o mercado se dá por meio de ferramentas de pesquisas encomendadas a instituições como o IBGE, a fim de captar nichos de mercado potencialmente exploráveis. Este mercado também é medido por meio da comunicação direta com os ingressantes e egressos das universidades, na manutenção do vínculo de informação por meio de e-mails e correspondências.

Toda uma pesquisa piloto possibilita às instituições lançar cursos em caráter experimental para testar os resultados e a rentabilidade, muitas vezes o curso não se mostra tão rentável, mas, por estarem correlacionados com cursos rentáveis, estes são mantidos. Um exemplo dado por uma das entrevistadas foi o curso de química que não é tão rentável, mas é mantido porque está relacionado com o curso de farmácia.

Este “feedback” contempla os seguintes aspectos: se o aluno egresso está empregado, se está empregado no setor que estudou, qual o seu nível salarial, quais setores da economia e do mercado de emprego estão em expansão, quais em retração, e como se movimenta a demanda em decorrência disso.

Podemos chamar este processo de Educação “Just-in-time”, que detém um sistema de retroalimentação informacional toyotista, ou seja, um curso é criado, expandido, retraído, fechado, acelerado e flexibilizado conforme as necessidades do mercado, medidas tanto na entrada quanto na saída da instituição, pois a empregabilidade do aluno egresso (em que instituição, cargos e planos de carreira) é um dos critérios de avaliação de demandas para essas instituições. Esta autonomia está prevista no Art. 53 da LDB de 1996.

Assemelha-se a uma produção em que o fluxo de formação é regulado para que seja absorvido pelo mercado sem gerar excedente, pois se a maioria dos alunos egressos destas instituições não conseguir lugar no mercado de trabalho, a instituição perde credibilidade, formando uma verdadeira cadeia produtiva de força de trabalho com qualificação superior, inclusive com a associação de uma marca a esse “produto”. Isso também foi constatado por Almeida, Wolff e Dantas (2008) na expressão “Você é o que você faz! *Just do it!*”.

O advento da aceleração e flexibilização da educação é um dos processos mais notáveis nessas instituições, já que o maior entrave da Educação “Just-in-time” é o intervalo de tempo necessário para a formação. Algumas instituições chamam este intervalo de “delay”, se referindo a uma linguagem da transmissão de imagem e som para caracterizar a capacidade limitada da instituição de responder rapidamente as constantes mudanças do mercado de trabalho. Isso quer dizer que o tempo dedicado à formação é um dos eixos do debate sobre a flexibilização da educação, principalmente na percepção informacional desse tempo, isto é, o aluno de maneira nenhuma pode fazer desse tempo um intervalo para se ausentar do mercado, ele tem de estar “antenado” com o mercado para que sua formação não esteja desatualizada mesmo antes de concluí-la. Em Londrina, duas modalidades de pós-graduação Lato Sensu oferecidas por instituições privadas de ensino superior são a expressão da relação entre tempo e flexibilização. A primeira diz respeito à universidade com maior infraestrutura de ensino a

distância de Londrina, que oferta 4 pós-graduações a distância em que a frequência quinzenal aos sábados é requerida na cidade em que o pólo de educação a distância se encontra instalado. Conforme RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2001, somente as provas finais têm obrigatoriedade presencial, isso também embasado na LDB de 1996:

Art. 11 Os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei 9.394, de 1996.

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso. (RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2001)

A segunda diz respeito a uma das instituições privadas de ensino superior mais antigas de Londrina, que oferta a modalidade de pós-graduação flexível. Aqui, as disciplinas não estão todas pré-determinadas; existem as disciplinas obrigatórias, as quais o aluno tem de cursar, e existem as disciplinas optativas, que o aluno escolhe segundo suas necessidades e interesses, isso amparado na RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007, embasado no Art. 53 da LDB de 1996.

A educação a distância, rápida e flexível, são exemplos da necessidade imposta pelo mercado, pelas regras do padrão de competitividade neoliberal. Almeida e Wolff (2008) tratam deste assunto como a inserção dos padrões de qualidade total do toyotismo na educação:

Para esse processo, além das TIC's, a Instituição Y recorreu aos novos parâmetros gerenciais inspirados na Gestão para a Qualidade Total e administração participativa, adotados pelas grandes empresas desde a reestruturação produtiva engendrada pelo contexto neoliberal. O principal escopo desse tipo de gestão é mudar o comportamento dos trabalhadores visando garantir seu envolvimento em conformidade com o novo padrão de produtividade e competitividade assinalado pela globalização da economia (Cf. WOLFF, 2005). No setor da Educação, esses novos parâmetros se refletem no binômio "Qualidade Total e Educação", difundido no país, sobretudo na década de 1990, o qual introduziu uma perspectiva privatista neste campo de atividade de acordo com a política-econômica do período. (ALMEIDA, WOLFF, 2008, P.2)

Como trabalhamos anteriormente no Capítulo II, a comodificação da educação é uma questão de sobrevivência no campo das relações de mercado. Analisar o problema sob esta perspectiva, não é isentar a instituição de sua participação voluntária nesse processo, mas trata-se de perceber a inevitabilidade da comodificação. Esse movimento é inseparável à

perspectiva de gestão da empresa privada, mesmo nas instituições “filantrópicas” ela está fortemente presente.

É comum, na fala dos administradores, a sintonia com o mercado como um elemento indispensável, principalmente quando estas instituições fazem parte de grandes grupos de educação privada. Para eles, a instituição tem de estar bem focada em “dois clientes”: o primeiro é a empresa empregadora que vai consumir o produto da formação na figura de um profissional; o segundo é aquela pessoa que busca essa formação em uma instituição de ensino superior que esteja em sintonia com o mercado. A consolidação de uma marca é muito importante para as instituições. Essa consolidação ocorre por meio do aluno – nele fica “plasmada” a competência de mobilizar o conhecimento adquirido, cabendo à instituição trabalhar no aluno as competências exigidas pelo mercado. A expressão “quem não mede não gerencia” é exatamente a expressão dessa educação “just-in-time”. Para entregar ao mercado as qualidades que ele demanda, é necessário o monitoramento do resultado desse aluno no mercado.

Em síntese, nossa hipótese se confirma com alguns elementos novos descobertos no decorrer da pesquisa. Observamos que para compreender o problema, foi necessário levar em conta as múltiplas determinações estabelecidas entre o global e o local e no interior de cada campo, o contexto neoliberal brasileiro e mundial na década de 1990, a LDB como produto desse processo na regulamentação das iniciativas privadas concernentes a educação superior, o perfil econômico político e social de Londrina, o desenvolvimento e a demanda regional pela formação superior, por ultimo, a análise das características do desenvolvimento e crescimento das instituições privadas de ensino superior em Londrina.

Na análise do cenário macro econômico, político e social, o desenvolvimento do setor privado de educação superior em Londrina nos últimos 15 anos é resultante de uma opção nacional de desenvolvimento baseada nas soluções espacial e de produto definidas por Silver (2005), como o deslocamento geográfico da produção, intensificação da carga do trabalho aliada aos cortes e acelerações associadas a recomendações de grandes instituições internacionais como a ONU, Banco Mundial e FMI. A opção diz respeito à flexibilização neoliberal das leis que regulamentam o Capital e o Trabalho dentro da nova configuração de cadeias produtivas apontadas por Dall’Acqua (2003) como divisões sociais do trabalho, cada vez mais desintegradas em “uma trama flexível de transações que se coagulam em complexos de produção urbanos e regionais inovadores”. A educação se modifica em conformidade com esse processo, como se viu na análise da LDB de 1996.

Esse processo leva à precarização do trabalho sob novas perspectivas administrativas e gerenciais, como demonstrado nos dados analisados do mercado de trabalho em Londrina. A exigência por polivalência, a intensificação, o modelo de competências e de flexibilização do trabalho, integram o cenário que chamamos de toyotismo articulado com o paradigma tecnológico informacional, isto é, o modelo competências informacionais do qual em certa medida nem mesmo a própria educação se exime, pois ela está sob estes parâmetros e forma para eles, o que caracteriza uma comodificação da educação.

Outro aspecto pertencente ao campo macro econômico e político foi a criação de uma série de programas, incentivos fiscais e leis por parte do governo federal em favor do desenvolvimento do setor privado de educação superior, processo que foi iniciado legalmente com os debates da LDB em meados dos anos 1990 e se intensificou nos anos 2000 com a consolidação de programas de bolsas e financiamento da educação em instituições privadas.

No âmbito regional, percebemos que a cidade de Londrina vem se adequando ao padrão de desenvolvimento neoliberal, com medidas adequadas ao modelo de desenvolvimento econômico, político e social da cidade. Este contexto envolve o Estado, o empresariado interessado no setor e a demanda por qualificação gerada na sociedade em decorrência das características do mercado de trabalho local.

O modelo de desenvolvimento nas últimas duas décadas, majoritariamente, tem sido o dos serviços, indústrias e tecnologias informacionais, isso conforme o Caderno Setorial - Indústria de Londrina de 2003 e o levantamento da importância dos serviços no PIB e no mercado de trabalho da economia regional. Para tanto, a cidade tem investido significativamente em infraestrutura de logística como o Anel do Emprego, de recursos humanos como as instituições de ensino superior, privadas e públicas e a pesquisa em tecnologias como o plano Londrina Tecnópolis.

Este estudo tomou como ponto de partida as instituições privadas de ensino superior, para revelar a trama de relações que envolvem o crescimento de um determinado setor na sociedade, a conformidade entre o global e o local e as relações internas dentro de cada campo. Isso nos possibilitou a percepção de um conceito de educação “just-in-time” que abrange elementos como: concorrência e submissão às regras mercadológicas; busca por consolidação de uma marca; interação com o mercado com vistas a perceber os seus nichos de exploração promissora; comunicação como base para testar os resultados e a rentabilidade e obter um “feedback” preciso das necessidades do mercado; sistema semelhante ao de retroalimentação informacional toyotista que regula a expansão, retração, fechamento,

abertura, aceleração e flexibilização conforme as medidas tomadas tanto na entrada quanto na saída da instituição regulando o fluxo de formação. A expressão “quem não mede não gerencia” condensa a expressão do comportamento de nosso objeto neste trabalho.

Estão dadas as determinantes consideradas mais importantes, na expansão e na comodificação da educação superior em Londrina pós 1990.

No entanto, a nossa investigação abriu algumas lacunas, as quais suscitaram novos problemas a serem resolvidos numa próxima fase de nossa pesquisa, tais como: o problema de identificar o tipo de demanda que cada setor da economia regional cria com relação à qualificação; como e em que medida a demanda é distribuída e atendida pelas instituições que oferecem qualificação nos diversos níveis; equacionar quantitativamente a contradição que constatamos no capítulo em que analisamos o recrudescimento do mercado de trabalho em profissões de nível superior, mas também o crescimento do número de instituições de ensino superior no mesmo período; o que diz respeito à demanda real de postos no mercado de trabalho e em que medida essa demanda é influenciada ideologicamente; mapear onde especificamente a força de trabalho com qualificação superior esta alocada, se em postos de qualificação superior, média ou baixa.

A partir da análise de nosso objeto e do levantamento de novos problemas, consideramos oportuno o prosseguimento desta investigação sociológica em projeto de pós-graduação.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, S. A. WOLFF, S. **Novas Tecnologias e o Trabalho Docente na Modalidade Ensino a Distância**. In: VI SEMINÁRIO DO TRABALHO - Trabalho, Economia e Educação no século XX. Marília, 2008.

ANTUNES, R. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. In: SILVA, M<sup>a</sup> O da S e, YASBECK, C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

**...SÉCULO XXI: NOVA ERA DA PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008

BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo, SP: Bartira, 1995.

BRAGA, R. **Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea. Trabalho e fluxo informacional: Por uma sociologia da condição proletária contemporânea.** GT 26. 30º encontro Anual da AMPOCS, 24 a 28 de outubro de 2006.

BRANDÃO, C. F. **Política Educacional para a Educação Superior Brasileira na Última Década.** Piracicaba, SP: Impulso, 2005.

CARDOSO, F. H. **Reforma e imaginação.** São Paulo, Folha de São Paulo, 10/07/1994.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário / Robert Castel; tradução de Iraci D. Poletti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COSTA, L. R. A CRISE DO FORDISMO E O EMBATE ENTRE QUALIFICAÇÃO E COMPETÊNCIA: CONCEITOS QUE SE EXCLUEM OU QUE SE COMPLEMENTAM?. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, nº26, p. 127-142, Abril de 2007.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xama. 1996.

DALL'ACQUA, C. T. B. **Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico.** Global e local / Clarice Torrens Borges Dall'acqua,- São Paulo: Annablume, 2003.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho! : a intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008.

DEL ROIO, M. Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926). São Paulo: Xamã; IAP, 2005.

DIAS, L. F. I. **O Desenvolvimento de Londrina: Análise Histórica, Perspectivas e Propostas.** Jornal de Londrina, nas edições de 26/01/2004 e 02/02/2004.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social.** São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GOMES, M. et al. **MERCADO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO.** Caderno Setorial/ Labor Trabalho Temporário Ltda. Londrina, Pr: Labor, 2003.

GRAMSCI, A. **Scritti politici.** Roma: Riuniti, 1973. 3v.

\_\_\_\_\_. **La costruzione del partito comunista (1921-1926).** Turim: Einaudi, 1978.

\_\_\_\_\_. **Lettere (1908-1926).** Turim: Einaudi, 1992.

\_\_\_\_\_. **Disgregazione sociale e rivoluzione.** Napoli: Liguori, 1996.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005.

IBGE. **Produto Interno Bruto.** LONDRINA, 2006. Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 30 de Setembro de 2009.

JINKINGS, I. Amorim, A. **Produção e Desregulamentação na Indústria têxtil e de confecção**. Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil/ Ricardo Antunes (org.) São Paulo: Boitempo, 2006.

LEI n.º 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>

LEHER, R. **Para Silenciar os Campi**. Campinas, vol.25,n.88, p. 867-891, especial – Out. 2004.

MARX, K. **O Capital**. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, vol. 1, 1988.

\_\_\_\_\_. **Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MÉZARÓS, I. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade: O caminho das pedras** / José Augusto Minarelli. - São Paulo: Editora Gente, 1995.

OTA, C. H. T. **O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE LONDRINA (PR) E O POTENCIAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO**. Universidade Regional de Blumenau FURB, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL. BLUMENAU. 2007.

PASTORE, J. Muitos direitos e poucos empregos. **O Jornal da Tarde**. 25 de Maio de 1994.

\_\_\_\_\_. **Mudanças nos Cenários das Profissões: Educação e Empregabilidade**. Anais, Congresso Brasileiro de Contabilidade, Gramado - RS 28 de Agosto de 2008.

\_\_\_\_\_. O Trabalho do Futuro: Desafios da Juventude Brasileira. **Revista Votorantim**, Junho de 2005.

POCHMANN, M. **O Emprego na Globalização a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. Campinas, SP: Boitempo Editorial, 2001.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 8 DE JUNHO DE 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf)>

ROCHA, G. Londrina reafirma vocação para a tecnologia. **Folha de Londrina** - Especial – 8 de Dezembro de 2009. disponível em: <[http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ\\_not&FWS\\_Ano\\_Edicao=1&FWS\\_N\\_Edicao=1&FWS\\_Cod\\_Categoria=2&FWS\\_N\\_Texto=9097](http://www.uel.br/com/agenciaueldenoticias/index.php?arq=ARQ_not&FWS_Ano_Edicao=1&FWS_N_Edicao=1&FWS_Cod_Categoria=2&FWS_N_Texto=9097)>

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**/ José Rodrigues. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SARRASSINI, N. S. **POTENCIAL DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE SOFTWARE NA REGIÃO DE LONDRINA – PR**. Dissertação de Mestrado. UFPR. 2009.

SCHWARTZ, W. O Anel do Emprego. **Folha de Londrina** - Especial – 10 de Dezembro de 2007). Disponível em: <[http://www.alencarbezerraimoveis.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=46&Itemid=34](http://www.alencarbezerraimoveis.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=34)> Acesso em: 30 de Setembro de 2009.

SILVER, B. J. **FORÇAS DO TRABALHO. Movimento de trabalhadores e globalização desde 1870**. São Paulo – SP: Boitempo, 2005.

VEZOZZO, C. Correia, E. Leite, M. **Caderno Setorial – Indústria de Londrina**. Londrina, PR: 2003.

WOLFF, S. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob novos parâmetros gerenciais e tecnológicos**. IFCH/UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. “As diversas faces do ‘trabalho informacional’ à luz dos atuais paradigmas organizacionais”. XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. GT 21 – Sindicato, Trabalho e Ações Coletivas. Rio de Janeiro (RJ) 28 a 31 de julho de 2009.

\_\_\_\_\_. Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total / Simone Wolff. – Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, PR: Eduel, 2005.

ZARIFIAN, P. **Relação de Serviço. Produção e avaliação** / Mario Sergio Salerno (organizador). – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.